

**POLÍTICAS CULTURAIS DE SALVADOR
NA GESTÃO MÁRIO KERTÉSZ (1986 A 1989)
- VERSÃO PRELIMINAR**

Juliana Borges Köpp

Mariana Luscher Albinati

Resumo: A redemocratização do Estado brasileiro, a partir de 1985, trouxe diversos desafios para os gestores municipais. O período entre 1986 e 1988, em que Mário Kertész foi prefeito de Salvador, marcou a retomada da autonomia do poder local, abrindo o campo de atuação das políticas municipais, inclusive em relação às questões culturais. O trabalho *Políticas Culturais de Salvador na Gestão Mário Kertész (1986 a 1989)* analisou a política municipal de cultura deste período, estudando a criação e as ações da Fundação Gregório de Mattos – FGM – e os aspectos simbólicos que foram priorizados nesta gestão. A adoção do conceito antropológico de cultura, legitimando as ações de valorização da cultura negra, foi uma forte marca da primeira gestão da FGM. Num momento em que a atuação do prefeito se afastava do pensamento de esquerda, a cultura foi apropriada pelo poder municipal para se beneficiar junto à opinião pública, criando uma aura de democracia e participação popular que praticamente se restringiu ao campo cultural.

Apresentação

A redemocratização do Estado brasileiro, a partir de 1985, trouxe diversos desafios para os gestores municipais. Durante os anos de ditadura, as capitais estaduais foram destituídas de sua autonomia política e se tornaram extensão do governo estadual, com prefeitos nomeados pelo governador. O período entre 1986 e 1988 marca a retomada da autonomia do poder local, abrindo o campo de atuação das políticas municipais, inclusive em relação às questões culturais. Este trabalho pretende analisar como se configurou a política municipal de cultura em Salvador neste período crucial, em que a Prefeitura voltou a ter a oportunidade de intervir no campo cultural de forma autônoma.



No caso específico de Salvador, este período é ainda mais relevante para o estudo das políticas culturais do Município, pois a gestão de Mário Kertész – primeiro prefeito eleito após a ditadura militar – criou a Fundação Gregório de Mattos, instituição responsável, até os dias atuais, pela elaboração e implementação das principais intervenções da Prefeitura no campo da cultura.

Contexto político da gestão Kertész

Entre os anos de 1966 e 1982, estiveram à frente do Governo do Estado da Bahia governadores eleitos indiretamente, dentro do regime militar, sendo Antônio Carlos Magalhães o último representante desta fase na política do Estado, em seu segundo mandato no cargo, que durou de 1979 a 1982. Os prefeitos das capitais brasileiras, durante a ditadura, eram indicados pelo governador do estado e neste mandato, o então governador Antônio Carlos indicou Mário Kertész para ocupar a Prefeitura de Salvador. Kertész era então um quadro em ascensão dentro do carlismo, tendo sido Secretário do Planejamento da primeira gestão de ACM na prefeitura, entre 1967 e 1970, e continuado junto ao líder quando este ocupou o cargo de presidente da Eletrobrás de 1975 a 1979.

A primeira gestão de Kertész na prefeitura de Salvador foi marcada por estratégias de governo que guardavam semelhanças importantes com aquelas utilizadas por Antônio Carlos quando ocupou o cargo. O discurso populista, a boa relação com a mídia, e a valorização do “fazer” como contraposição ao “planejar”, além da constante referência ao líder carlista em seus pronunciamentos, emprestaram ao prefeito a aura de pragmatismo instituída na gestão de Antônio Carlos. Esse relacionamento chegou a termo quando o então prefeito, pretendendo ser indicado como candidato carlista às eleições diretas para o Governo do Estado, que ocorreriam em 1982 e contando com o relativo prestígio popular que seu mandato lhe conferira, resolveu pressionar o líder para que fosse efetivada sua indicação. Com essa atitude, Kertész bateu de frente com o



autoritário líder ACM, que acabou por demiti-lo do cargo de prefeito em novembro de 1981 (Dantas Neto, 2000).

O novo anti-carlista Mário Kertész aderiu ao PMDB em 1982, ano de retorno das eleições diretas para governador e prefeito das capitais, quando foi definida também a ocupação dos cargos de vereador, deputado estadual, deputado federal e senador em todo o Brasil. No Governo do Estado, houve, mesmo com eleições diretas, a continuidade do carlismo por mais uma gestão, com a eleição de João Durval Carneiro, do PDS. O candidato carlista ao governo, apesar de ter obtido apenas 18,1% do total de votos em Salvador contra 71,2% atingidos pelo candidato de oposição Roberto Santos, teve no interior sua consagração, obtendo um total de 51,6% dos votos do Estado. Em Salvador, as eleições de 82 proporcionaram a renovação da Câmara Municipal, tendo o PMDB ocupado 26 das 33 cadeiras (Fernandes, 2003), o que concretizava a oposição quase total entre os governos estadual e municipal. Neste contexto, teve destaque a eleição da esposa de Mário Kertész, Eliana Kertész, que se integrou ao PMDB em 1981, para em 82 concorrer ao legislativo municipal, obtendo o expressivo resultado de 17,3% do total de votos em Salvador. O sucesso eleitoral de sua esposa e sua própria trajetória política, que lhe conferira relativa popularidade, contribuíram para que o PMDB visse em Kertész um possível candidato às eleições diretas para a Prefeitura Municipal, que ocorreriam em 1985, com o fim da ditadura militar.

O chefe do executivo municipal anterior à eleição de Mário Kertész, o carlista Manoel Castro, governou de 1983 a 1985, por indicação do então governador João Durval, em uma gestão fortemente marcada pela presença da oposição na Câmara dos Vereadores, onde o PMDB, como já anotado, ocupava a grande maioria das cadeiras. Nos anos que antecederam a abertura democrática, a esquerda baiana, com ampla representação na Câmara, vinha trabalhando pelo crescimento da participação das entidades e movimentos sociais urbanos nas decisões do governo municipal, buscando instrumentos que formalizassem essa participação e buscando também a autonomização do poder municipal em relação ao estadual¹. Neste contexto, a eleição de 1985 viria recuperar o

¹ Sobre autonomização do poder local em Salvador após a reabertura democrática, ver Dantas, 2000.



poder político local, já que durante a ditadura militar a prefeitura de Salvador, assim como as de outros municípios de relevância nacional, teve sua autonomia suprimida, se tornando “nada mais, nada menos que uma Secretaria a mais na estrutura do Governo Estadual” (Santos, 1997, p. 37).

Em 1985 se realizou a primeira eleição direta para Prefeitura de Salvador após o período de exceção (1964 a 1985). Neste pleito, Mário Kertész, candidato pelo PMDB, obteve uma votação mais do que expressiva, tendo se tornado o candidato mais votado para a prefeitura de Salvador até as últimas eleições, em 2004².

Quadro 1. Resultado das eleições para prefeito de Salvador em 1985.
Eleitorado: 717.521 votantes

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO TOTAL	VOTAÇÃO RELATIVA
Mário Kertész	PMDB	328.256	45,8%
Edvaldo Brito	PTB	96.130	13,4%
França Teixeira	PFL	67.604	5,2%
Outros, brancos e nulos	---	---	35,6%

Fonte: jornal A Tarde / TRE-Ba

A vitória do PMDB em Salvador não foi fato isolado. Neste ano, o governo do presidente peemedebista José Sarney implementou o plano Cruzado, na tentativa de estabilizar a economia e frear a inflação. “O sucesso inicial do plano gerou euforia na população, que viu momentaneamente a recuperação do seu poder de compra e relativa, embora tímida, distribuição de renda. Assistiu-se a uma grande mobilização nacional a clima de confiança nas propostas do novo governo, o que conferiu ao PMDB (...)

² Albino Rubim, no livro *Mídia e Eleições 2000 em Salvador*, aponta o ranking dos candidatos à prefeitura de Salvador eleitos pelo voto direto, após a ditadura militar: Em primeiro lugar, Mário Kertész, eleito em 1985 pelo PMDB com 61,60% do total de votos válidos; em segundo Lídice da Mata, em 1992, pelo PSDB, com 47,19%; em terceiro e quarto lugares Antônio Imbassahy, do PFL, eleito em 1992 e 2000, com 47,14 e 43,36%, respectivamente e em último lugar Fernando José, eleito pelo PMDB em 1988, com 33,78% do total de votos. Nas últimas eleições, em 2004, o candidato do PDT, João Henrique Carneiro, ultrapassou os resultados dos prefeitos eleitos anteriormente, obtendo 74,69% do total de votos válidos.



situação privilegiada nas eleições de 1986, consagrando-lhe uma vitória expressiva em quase todo território nacional” (Dultra, 1990, p. 59).

Durante a campanha eleitoral, Mário Kertész assumiu os temas que estavam na pauta da esquerda baiana e, mesmo na posse, reafirmou os compromissos de abertura à participação popular, recuperação da autonomia municipal e diálogo permanente com o Legislativo. Entretanto, do discurso à prática política, “seu governo teve como marca um distanciamento expressivo da esquerda” (Rubim, 2002, p. 15).

A segunda gestão de Kertész, quando eleito por voto direto, foi marcada pelo esvaziamento dos órgãos de planejamento da prefeitura, que tiveram suas funções convertidas para uma Secretaria Extraordinária de Programas Especiais. Esta Secretaria, chefiada por Roberto Pinho, ficava à frente dos dois principais programas da administração de Kertész, o Transporte de Massa de Salvador e a Fábrica de Equipamentos Comunitários (Fernandes, 2003) – autarquia destinada à produção de mobiliário e equipamentos urbanos, fornecidos a diversos projetos da Prefeitura.

Uma das maiores heranças deixadas por Kertész neste mandato foi uma dívida 13 vezes maior que a herdada do prefeito anterior, Manoel Castro. Ao deixar o cargo, Kertész repassou para seu sucessor, Fernando José, uma série de contratos que aumentariam o endividamento da Prefeitura de Salvador até a exorbitante soma de 400 milhões de reais, no período entre 1977 e 1992.

Quadro 2. Histórico do endividamento da Prefeitura Municipal de Salvador

PERÍODO	ADMINISTRADOR	VALORES EM REAIS
1973-1976	Jorge Hage	887.636,00
1977-1980	Edvaldo Brito / Renan Baleeiro	3.765.650,16
1981-1983	Manoel Castro	15.676.250,25
1986-1988	Mário Kertész	206.464.917,79
1989-1992	Fernando José	173.236.505,11
Total da dívida		400.030.059,31



Fonte: Santos, 1997

O agravamento da dívida da Prefeitura na gestão Kertész se deveu ao estabelecimento de contratos entre a administração municipal e empreiteiras, que foram autorizadas a “seqüestrar” as verbas da Prefeitura a fim de que fosse priorizado o pagamento dos serviços contratados. Assim, os recursos da Prefeitura eram transferidos diretamente para as contas das empreiteiras, ficando o restante dos pagamentos comprometidos. Esses contratos continuaram vigorando durante as gestões de Fernando José e Lídice da Mata.

Ainda sobre a controversa administração municipal de Kertész, Dantas Neto, que à época militava politicamente na esquerda baiana, afirma que a gestão promoveu o desmonte das políticas que vinham sendo discutidas e planejadas desde o regime militar e que ansiavam por se concretizarem num governo eleito democraticamente (Dantas Neto, 2000).

O mesmo autor afirma ainda que o populismo que sustentou a atuação de Kertész na prefeitura teve sua base de ação numa nova camada social de pobres urbanos, que cresceu rapidamente e não se reconhecia tanto nos movimentos sociais organizados como na esquerda universitária que orientava a ação da Câmara. O “diálogo de surdos” que se travava entre a elite política e intelectual de esquerda e o novo pobre urbano foi fator fundamental para o desmonte das estruturas de governo democrático que vinham sendo construídas.

Levando adiante as lições aprendidas na convivência com o líder do carlismo, “Mário Kertész governa a cidade com a marca forte do populismo, realiza uma série de obras faraônicas, e consegue fazer seu sucessor elegendo desta vez o radialista Fernando José (1989 e 1992), político inexperiente, que recebe de suas mãos uma prefeitura endividada e quase que totalmente comprometida com as forças do capital” (Santos, 1997, p. 53)



Apesar da desconexão entre Kertész e a representação peemedebista na Câmara ter se mostrado desde cedo, a aliança só se rompeu no fim dessa gestão, quando Kertész resolveu apoiar para sua sucessão o radialista Fernando José, nome que não foi aceito pelo então governador da Bahia, Waldir Pires, membro da ala autêntica do PMDB, composta pelos políticos oriundos do MDB, que fundaram a legenda após a reforma partidária de 1982.

Contexto nacional e estadual de políticas culturais

No plano nacional, como no municipal, a redemocratização trouxe grandes expectativas para os atores culturais, que viram na criação do Ministério da Cultura, em 1985, a possibilidade de avanços no campo da cultura. Inicialmente dirigido por José Aparecido de Oliveira, o MinC teve ainda, no período de análise deste trabalho, os Ministros Aluísio Pimenta e Celso Furtado – este esteve à frente do Ministério durante quase toda a gestão de Mário Kertész em Salvador. As áreas de competência do Ministério, definidas pelo decreto 91.144 de 1985, que criou a instituição, são: “I - letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional; II - patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural³”.

A política de cultura implementada pela gestão do então presidente José Sarney, que governou o Brasil entre 1985 e 1989, privilegiava as artes tradicionais, através do incentivo fiscal instituído pela Lei 7.505, publicada em outubro de 1986. A Lei Sarney, como ficou conhecida, foi a primeira legislação brasileira a oferecer incentivos fiscais àqueles que “demonstrassem uma atitude positiva de investir, com o governo, na atividade cultural” (Cesnik, 2004, p. 157).

Através da Lei, eram concedidos às empresas e pessoas que financiassem a produção e divulgação de projetos culturais o abatimento de 50, 80 ou 100% do valor investido, no pagamento do Imposto de Renda. Além do desconto no imposto a pagar, a Lei permitia

³ Diário Oficial da União – D.O.U., 15 de março de 1985.



que os patrocínios ou doações fossem retirados da base de cálculo do imposto, o que permitia, nos casos em que o abatimento dado era igual a 100%, a geração de uma espécie de lucro para o patrocinador.

Este instrumento, surgido num período de retração econômica, quando o estado brasileiro diminuiu sua capacidade de investimento, reduzindo os recursos destinados a programas culturais (Souza, 2000), relegou a cultura ao papel de ferramenta de marketing para empresas. Pela lógica da troca entre investimento com incentivo fiscal e associação de imagem institucional a produtos culturais, as empresas preferiam patrocinar projetos de artistas já consolidados, com visibilidade garantida.

A Fundação Gregório de Mattos, em algumas iniciativas, como o Projeto Teatro e o Programa Especial de Recuperação dos Sítios Históricos, buscou o apoio da lei federal de incentivo à cultura, na tentativa de captar recursos junto a empresas privadas. As leis de incentivo municipal (Lei Alfaya) e estadual (Fazcultura) foram instituídas anos mais tarde, em 1991 e 1996, respectivamente.

A política cultural estadual, durante a gestão de Kertész na Prefeitura de Salvador, era gerida pela Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB, criada em 1972, durante o primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães. O estado, no período analisado, teve dois governadores: João Durval Carneiro, então membro do grupo carlista, que governou entre 1983 e 1987 e Waldir Pires, eleito pelo PMDB, que governou de 1987 a 1989.

No governo de João Durval, a FUNCEB foi dirigida por Olívia Barradas e, segundo matérias publicadas nos jornais da época, a instituição era pouco presente na vida cultural da cidade. Com a pouca autonomia do Município, determinada pelo regime ditatorial, os produtores e outros atores do campo cultural dirigiam seus pleitos à Fundação Estadual, que, nesta fase de baixa atividade, contribuía para o crescimento da demanda por uma política de cultura local.



Com a eleição de Waldir Pires, candidato do PMDB – partido que havia acolhido Mário Kertész – o compositor José Carlos Capinan foi nomeado para a presidência da Fundação Cultural. Capinan, que assim como Gilberto Gil, à época presidente da FGM, havia participado do movimento tropicalista, era então um nome de destaque no pensamento sobre a cultura na Bahia.

Implantação da Fundação Gregório de Mattos

A campanha de Kertész para a Prefeitura, ao menos no plano do discurso, colocava a cultura como um importante foco da política pública municipal. No caminho da autonomização do Município frente ao Estado, foi criada em Salvador a Fundação Gregório de Mattos. Segundo o ex-prefeito Mário Kertész, em entrevista cedida a esta pesquisa, “a política cultural até esta data [1986] tinha sido realizada pelos órgãos estaduais. A Prefeitura tinha se transformado muito mais numa grande secretaria de obras do que numa Prefeitura. Ficou claro então que, assim como as outras funções tinham que ser assumidas logo pelo poder municipal, a parte cultural também tinha que ser assumida”⁴.

O anúncio, logo na primeira semana de gestão, da criação da Fundação Gregório de Mattos – FGM, causou grande repercussão na imprensa. A FGM foi anunciada como órgão autônomo da prefeitura para o fomento à cultura, ocupando o papel semelhante ao de uma secretaria de cultura, entretanto, constituída como autarquia, o que permitiria uma gestão mais ágil e independente da burocracia governamental. Outro argumento para a não implantação de uma secretaria específica é dado pelo antropólogo Antônio Risério, que participou da elaboração do projeto da Fundação e também de sua gestão: “não concordávamos com a tese de que o Estado devesse segmentar, de forma arbitrária, coisas tão intimamente entrelaçadas quanto educação e cultura” (*Folha da Bahia*, 05 de junho de 1987). Entretanto, a cobertura jornalística feita pelo *Diário*

⁴ Entrevista cedida em 06 de abril de 2005.



Oficial e pela imprensa escrita, não destacou à época nenhum projeto que tenha sido realizado conjuntamente pela FGM e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A criação da Fundação Gregório de Mattos se seguiu à extinção, conforme a Lei 3.601 de 18 de fevereiro de 1986, dos seguintes órgãos da administração municipal: Secretaria de Cultura e Esportes, criada em 1976; Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, composto pela Divisão de Cultura e Arte, Divisão de Folclore e Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural; Comissão Permanente do Ciclo de Festas da Tradição Cultural da Cidade do Salvador – COPECIFE e Fundação Museu da Cidade do Salvador – FUNCISA. Esta fundação, instituída em 1973, teve suas funções e seu patrimônio transferidos à FGM.

Feita a previsão legal da Fundação, avançou-se na sua constituição, efetivada pelo decreto nº 7.622 de 23 de março de 1986, que institui o seu estatuto. A estrutura da nova entidade era composta por um Conselho Curador e uma Diretoria Executiva. O conselho, formado por 35 curadores, tinha como presidente o prefeito e era responsável pela orientação e fiscalização das políticas culturais implementadas pela Fundação. A composição do Conselho, segundo Kertész⁵, buscava incluir representantes de todos os segmentos culturais da cidade. João Jorge Rodrigues, à época presidente do Grupo Cultural Olodum e Diretor Executivo da FGM, afirma que o Conselho Curador da FGM, “como quase todo Conselho Curador – isso é um padrão mundial – foi nomeado muito mais para dar status aos conselheiros, para mostrar que a Fundação tinha um vínculo com vários setores, uma articulação local, nacional e internacional”. Segundo João Jorge “o Conselho pouco atuou em relação à Fundação, que tem uma função executiva muito diária”⁶.

À diretoria executiva, composta por cinco diretores indicados pelo chefe do poder executivo, cabiam a elaboração e administração dos projetos culturais desenvolvidos pela FGM. Em sua primeira composição, a diretoria teve como membros Antonio

⁵ Entrevista cedida em 06 de abril de 2005.

⁶ Entrevista cedida em 26 de abril de 2005.



Risério, Miguel Kertzman, João Jorge Rodrigues, Arlete Soares e Roberto Dias, este último como diretor presidente da Fundação.

Durante a gestão que a inaugurou, a FGM teve três presidentes: Roberto Dias, entre maio e dezembro de 86; Gilberto Gil, entre janeiro de 87 e julho de 88 e Wally Salomão, de julho de 88 a maio de 1989, conforme quadro abaixo:

Quadro 2. Presidentes da Fundação Gregório de Mattos durante a gestão Kertész

PRESIDENTES DA FGM	NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO
Roberto José Gabriel Dias	23. 05. 86	31. 12. 86
Gilberto Passos Gil Moreira	31. 12. 86	13. 07. 88
Wally Dias Salomão	13. 07. 88	12. 05. 89

A lei nº 3.601, de 18 de fevereiro de 1986, que dispõe sobre a alteração da estrutura das Secretarias municipais, a criação e extinção de entidades e órgãos da administração municipal, lista os objetivos da Fundação:

I - organizar e promover as atividades culturais e artísticas; II - preservar e divulgar o patrimônio histórico-cultural; III - coordenar e executar as atividades editoriais; IV - desenvolver estudos e projetos relacionados com a compreensão e entendimento da tipologia cultural da cidade; V - administrar, promover e desenvolver atividades de museu; VI - exercer outras atividades correlatas, necessárias ao cumprimento de sua finalidade⁷.

Dentre as primeiras determinações do governo Kertész foram criados ainda, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDE, o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, a Coordenação de Produções Artísticas e a Empresa de Turismo de Salvador S/A – EMTURSA, sociedade de economia mista, pertencente à Administração Indireta.

⁷ Diário Oficial de Estado - D.O.E., 18 de fevereiro de 1986



Emtursa – interfaces entre cultura e turismo

Dentre as finalidades da Emtursa, definidas pela Lei 3.601/86, estão as seguintes:

III – zelar para que a cidade do Salvador não venha a perder as características regionais que a distingue das demais cidades brasileiras; IV – proteger os valores religiosos, históricos, folclóricos e naturais; (...) XI – fomentar e preservar o ciclo de festas de tradição cultural da cidade; XII – planejar, coordenar, fomentar e executar os festejos carnavalescos (...)⁸.

As atividades definidas para a empresa, como se vê, não se atém ao campo da organização para o turismo, penetrando no campo da cultura e se referindo a aspectos essenciais deste, como a ampla preservação de valores e manifestações que compõem o texto identitário da baianidade. A organização das festas populares da cidade era também uma responsabilidade da Emtursa, além da produção do carnaval de Salvador, uma festa que, além de ser a mais emblemática na cultura da cidade, demonstra o forte potencial econômico das manifestações culturais.

A implantação da Emtursa em 1986 é alicerçada pelo crescimento da representatividade do turismo na economia local, como demonstra uma pesquisa do IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico Cultural) publicada em 1984, em que este setor era tratado como “principal componente da base econômica de Salvador” (IPAC, 1984 apud Pinho, 1998, p. 115). O modelo de gestão cultural implantado pela empresa visava a valorização dos signos já estabelecidos no texto da baianidade – centrada na cidade de Salvador e região do Recôncavo –, pensados como “diferencial” dentro da estratégia de mercado para atrair o turismo para a cidade.

Alguns dos traços culturais realçados pelas campanhas publicitárias das empresas de turismo – Bahiatursa, vinculada ao Governo do Estado e Emtursa, vinculada ao Município – são a receptividade, a festividade, a sensualidade, a religiosidade e a

⁸ D.O.E., 18 de fevereiro de 1986



africanidade – este último a partir da década de 70, quando foi assumido como componente do exotismo baiano. Assim, o poder público, vendo no turismo um caminho para o desenvolvimento econômico do estado e de sua capital, procurou cuidar da manutenção e reforço desse texto identitário, pinçando os aspectos mais vendáveis da cultura baiana.

Anos mais tarde, em 1995, o Governo do Estado fundiu cultura e turismo em uma só pasta – a Secretaria de Cultura e Turismo – a que FUNCEB e Bahiatursa passaram a ser subordinadas. Em Salvador, permanece até os dias atuais a distinção formal entre os órgãos responsáveis pela cultura e pelo turismo, entretanto, nota-se o crescimento, gestão após gestão, do poderio da Emtursa em relação ao da Fundação Gregório de Mattos, delegando à primeira um papel cada vez maior no campo da cultura.

Formulações para a política cultural municipal

A proposta de criação da Fundação Gregório de Mattos foi inicialmente levantada pelo jornalista (?) Roberto Pinho e pelo poeta Wally Salomão, que assessoravam Kertész durante a campanha eleitoral de 1985. Pinho, depois Secretário Extraordinário de Programas Especiais, e Wally, depois Coordenador do Carnaval e mais tarde Presidente da FGM, faziam parte do núcleo intelectual da campanha e da gestão de Kertész, junto com outros nomes de destaque no meio acadêmico e intelectual, como o jornalista João Santana, que veio a ser Secretário de Comunicação, os arquitetos João Filgueiras Lima – Lelé – e Lina Bo Bardi, que colaboraram especialmente com os projetos de recuperação do Centro Histórico, o antropólogo Antonio Risério, entre outros.

Apoiado pela trajetória cultural desse grupo e considerando a relação intrínseca entre cultura política e políticas culturais, Kertész, no discurso pela posse dos membros do Conselho Curador da Fundação, anunciou os objetivos de sua gestão quanto às questões da cultura:



A renovação política funciona, nas sociedades, como pólo irradiador de renovação em outras áreas da cultura. Assim como foi a democratização e modernização promovida pelo Governo Juscelino Kubitschek, que trouxe ao país o sopro da renovação do qual resultaram a arquitetura revolucionária de Brasília, a Bossa Nova, a poesia concreta, queremos, com humildade, mas ao mesmo tempo com ousadia e irreverência, que o atual momento político da cidade da Bahia produza o impulso para a retomada do espírito de vanguarda cultural de nossa terra (Kertész, 19??, p.71).

O texto *Fundação Gregório de Mattos: roteiro de uma intervenção político-cultural*, escrito por Antônio Risério e Gilberto Gil, que estiveram à frente da primeira gestão da Fundação, foi publicado em 1988, relatando o modelo de política cultural que os autores pretenderam implantar em Salvador durante a administração de Mário Kertész.

A FGM nasceu, antes de mais nada, recusando dois papéis amarelados pela prática conservadora e elitista dos velhos mandarins da política cultural brasileira. De uma parte, recusando-se a assumir o papel da agência cultural tradicional, com sua ação restrita ao mecanismo de repasse de recursos financeiros a uma clientela preferencial (...). De outra parte, recusando-se igualmente a assumir o papel de réplica municipalista de órgãos estaduais e federais. Se aceitássemos o papel de réplica (...) estaríamos simplesmente fazendo transposição mecânica, para realidade do município, de um modelo abstrato e alienado de repartição 'cultural', estruturado segundo o padrão europeu das formas e práticas de cultura, com seus departamentos de cinema, teatro, dança, literatura, etc., supostamente aplicáveis a qualquer realidade cultural. (Risério e Gil, 1988, p.?)

O projeto da FGM contemplava, então, a implementação de uma política diferenciada dos demais órgãos públicos destinados ao fomento da cultura. A começar pela adoção, nas formulações, do conceito antropológico de cultura, que abrange não apenas a produção artística, mas compreende toda a criação simbólica presente no modo de vida de um povo, em suas práticas sociais. Botelho, no artigo *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas* (2004), problematiza o emprego do conceito antropológico de cultura na elaboração de políticas culturais, demonstrando a complexidade da implantação efetiva deste conceito, freqüentemente utilizado como elemento de retórica, sem que haja, contudo, meios de viabilizar a ação cultural pelo poder estatal através dele.



Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, o processo depende de mudanças radicais, que chegam a interferir nos estilos de vida de cada um, nível em que geralmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta: aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc. Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando (Botelho, 2004, p. 3).

Outra distinção apontada pelas formulações da FGM era o público-alvo a quem se pretendia direcionar a política cultural municipal, que, ao menos em tese, eram os cidadãos e não apenas a classe artístico-intelectual. Neste sentido, Antonio Risério, em uma entrevista ao jornal *A Tarde*, publicada em 06 de janeiro de 1986, afirmava que a “vida cultural baiana é o que se produz no mestrado de física e no barraco da invasão”. Assim, a Fundação priorizou, com a política cultural implementada, o atendimento às demandas culturais dos afro-descendentes, que, em Salvador, constituem a grande maioria da população. Além da adoção do conceito antropológico de cultura e do objetivo de ampliação do público-alvo da instituição, o fortalecimento do movimento negro na cidade foi também um fator relevante para que a Fundação formulasse e acolhesse projetos voltados para a cultura afro-baiana.

A visão da cultura baiana que guiou a criação da Fundação Gregório de Mattos, considerava sobretudo a formação étnica desta sociedade, sem tratá-la, como é típico dos órgãos que não dissociam cultura e turismo, apenas como fator agregador de exotismo à marca “Bahia”. Antonio Risério, um dos nomes que mais contribuíram com a política cultural implementada pela FGM em seus primeiros anos, é também autor de uma importante reflexão sobre a cultura baiana. O texto *Uma teoria da cultura baiana* (1988), de autoria de Risério, é representativo do pensamento de uma das correntes teóricas que se debruçaram sobre o tema da baianidade – a corrente essencialista, assim denominada por Albergaria (2002), em contraposição à vertente desconstrucionista.



Segundo o autor, a cultura da cidade de Salvador é marcada por sua formação étnica “lusobanto-sudanesa” (1988, p. 163) e pelo período de declínio político e econômico vivido no estado desde o século XIX, quando “em meio ao mormaço econômico e ao crescente desprestígio político (...) as práticas culturais se articularam no sentido da individualização da Bahia no conjunto brasileiro de civilização” (1988, p. 157).

A atuação da FGM no período estudado se guiou, então, por um conceito de cultura baiana que incluía as manifestações negras (vide os projetos Bahia/Benin e Terreiros), reconhecendo sua importância na formação cultural do povo baiano, e também a cultura da classe artística da cidade, a preservação do patrimônio e a abertura à novidade. Este caráter inovador se revelava, por exemplo, nos projetos e intervenções feitas em imóveis do Centro Histórico pela arquiteta Lina Bo Bardi, que utilizou técnicas modernas em obras de recuperação de edificações do período colonial, preservando as fachadas, construídas em estilo barroco, e requalificando o interior para o uso contemporâneo.

Assim, a FGM, especialmente a partir da integração do compositor Gilberto Gil ao seu quadro, funcionava na administração de Kertész como um importante instrumento de marketing. As ações da Fundação associavam à gestão uma aura de inovação, trazendo para perto os artistas e intelectuais, ao passo em que Kertész desconstruía a aliança com a esquerda baiana que havia apoiado sua eleição, deixando de lado as propostas construídas com o PMDB e com os movimentos populares.

Centro Histórico – “supersigno” da política cultural

O reconhecimento do centro antigo de Salvador – tombado nacionalmente pelo SPHAN – como Patrimônio da Humanidade, promovido pela UNESCO em novembro de 1985, estimulou a política de preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, que, na gestão Kertész, ficou sob a responsabilidade da Fundação Gregório de Mattos.



A iniciativa de recuperação do Centro Histórico de Salvador constituiu o projeto de maior dimensão, arquitetado pela Fundação na gestão Mário Kertész, por envolver diversos órgãos do município, pela grande campanha publicitária realizada em prol da arrecadação de recursos para realização deste projeto e por esta iniciativa conter em seu bojo vários outros projetos menores. Mesmo com muitas deficiências, este programa de revitalização do centro é bastante representativo das diretrizes propostas pela FGM, denotando exatamente a concepção adotada, na qual a própria cidade é vista como fenômeno cultural.

A Fundação Gregório funciona, nesta dimensão, como órgão de reflexão permanente e de plataforma de lançamento de signos. Desde que equacionamos cidade/cultura, em sentido antropológico, o urbanismo é uma das questões centrais – senão a questão central – da nossa existência como órgão da administração pública municipal. E o Centro Histórico é, para além de sua beleza, uma espécie de supersigno do pensamento e da FGM. Supersigno que, longe de qualquer dúvida, magnetiza nosso horizonte de trabalho (Risério e Gil, 1988, p. 72).

Na década de 80, o Pelourinho se tornou o ponto de encontro para celebração da cultura negra. Diversos blocos-afros e instituições culturais afro-baianas se concentravam nesta região do Centro Histórico. “A festa da terça-feira da Benção do Senhor, que ocorriam na Igreja de São Francisco, e os ensaios carnavalescos dos blocos-afros, reuniam verdadeiras multidões e revitalizou aquele tecido urbano” (Bomfim, 1994, p.83)

A proposta de recuperação e revitalização do Centro Histórico constituiu um dos pilares da campanha eleitoral que levou Kertész à prefeitura de Salvador. Logo na solenidade de posse, no dia 1º de janeiro de 1986, Kertész em seu discurso prometeu reconduzir a sede da Prefeitura, que funcionava então no bairro de Brotas, ao centro antigo de Salvador. Nos primeiros dias da administração, ergueu-se na praça Thomé de Souza, um prédio pré-moldado que passaria a abrigar a sede do poder executivo municipal. Com esta transferência do centro do poder municipal, Kertész sinaliza a importância que o Centro Histórico teria em sua gestão.



A Fundação Gregório de Mattos foi anunciada como a coordenadora das diversas iniciativas realizadas no Centro Histórico. E as intervenções estruturais, através de reformas físicas e reconstruções do patrimônio arquitetônico que estavam em estado precário, deveriam ser desenvolvidas com o apoio da Secretária Extraordinária de Programas Especiais. No entanto, muito foi dito sobre o poder do Secretário de Programas Especiais, Roberto Pinho, nas decisões sobre a administração dos projetos Programa Especiais de Recuperação dos Sítios Histórico e Parque Histórico do Pelourinho, que seriam coordenados pela Fundação. Juarez Bomfim, em sua tese de mestrado "Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador: o Caso do Parque Histórico do Pelourinho", apresenta depoimentos de atores sociais do projeto que apontam a interferência de Pinho nas atividades da FGM, apresentando a dualidade da coordenação dos projetos, que tinham ações realizadas pela Secretaria Extraordinária mais estavam também vinculados a FGM. Como é apresentado neste relato de um dos arquitetos do Programa:

Efetivamente, as decisões, a promoção dos projetos eram da Secretária Extraordinária, eram do secretário [Roberto Pinho]. (...) A figura do presidente da FGM era apenas uma figura bastante popular, um artista de renome, e na época essencial para o processo de marketing. Ele não detinha as decisões técnicas para o Centro Histórico (Bomfim, 1994, p.100).

Os trabalhos iniciais realizados no Centro Histórico consistiram em estudos e mapeamento da área, realizados para identificar o melhor modo de intervenção na região. Trabalhos técnicos, políticos e antropológicos foram realizados para a elaboração de um levantamento cadastral e fotográfico dos imóveis da região. O resultado do levantamento demonstrou que “30% dos imóveis localizados na área tombada estavam completamente arruinados e em um avançado estado de deterioração”. Baseada nesses dados, a Prefeitura realizou em caráter de urgência o “Plano Emergência de Escoramento” para tentar evitar o desabamento dos imóveis mais danificados.

O passo seguinte para revitalização do Centro Histórico foi a criação do Programa Especial de Recuperação dos Sítios Históricos – PERSH. Com a finalidade de



“recuperar a vocação tradicional do centro da cidade como ponto de encontro, trabalho, morada e lazer da População. (...) preservar o patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e cultural do Centro Histórico” (Bomfim, 1994, p.83). As ações do programa começaram a partir das intervenções que visavam recuperar estruturas físicas e funcionais do Centro Histórico.

Foram reabilitadas áreas da Barroquinha, do Cais do Ouro, do Maciel, da Ladeira da Misericórdia, das praças Tomé de Souza e da Sé, do Terreiro de Jesus, Largo do Cruzeiro e Pelourinho. Obras na infra-estrutura urbana do Centro Histórico foram realizadas através de novas pavimentações, melhoria e adequação de drenagem pluvial, contenção de encostas, manutenção da rede elétrica e telefônica e sinalização turística. O escopo destas intervenções era disponibilizar as condições mínimas para moradia para a comunidade desta área e para visitação pelos turistas e pelos próprios soteropolitanos, que devido ao estado de deterioração física e social em que a área se encontrava não conheciam o centro antigo da cidade.

O investimento para tantas reformas e intervenções apresentou-se por demais oneroso para o custeio somente pela Prefeitura. Com diversos projetos ligados ao Programa Especial de Recuperação dos Sítios Históricos em pauta para realização ainda nesta gestão e com pouca verba para tanto, a prefeitura cria, a partir da Lei Municipal n 3.722 de 18 de maio de 1987 e do Decreto n 7.838 de 11 de junho de 1987, o Fundo Municipal de Revitalização dos Sítios Históricos, que visava a arrecadação e aplicação dos recursos para o Programa. Com intuito de incentivar a iniciativa privada a colaborar com o Fundo, a Fundação assegurou aos doadores os benefícios da Lei Sarney, que garantia o retorno de parte do investimento no Fundo na forma de isenção do Imposto de Renda devido. A Fundação Gregório de Mattos ficou com a incumbência de ser a gestora das verbas arrecadadas, devendo garantir que os recursos fossem aplicados na finalidade do Programa.

Com a falta de recursos para realização das obras necessárias, a Prefeitura instituiu o Parque Histórico do Pelourinho (PHP), que passaria a ter uma administração própria a



ser regida pela FGM. Criado pelo Decreto n 7.849 e inaugurado no dia 04 de setembro de 1987, o Parque correspondia a uma poligonal com 30,8ha de superfície, dentro da área tombada pela SPHAN e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade (Bomfim, 1994, p.86). Ao total foram 42 quarteirões e cerca de 1000 edificações que representavam o “maior acervo de conjuntos e monumentos arquitetônicos isolados e espaço públicos da antiga capital do Brasil Colônia” (Salvador apud Bomfim, 1994, p.83) e que passaram a constituir o PHP.

Esta iniciativa foi implementada para atender as demandas mais urgentes da comunidade local, como questões ligadas à segurança, saúde pública e a coleta de lixo. Com esta administração específica, o Parque passou operar para revitalização do centro de forma mais direta através de projetos como a formulação da “zona franca” municipal, ao isentar todas as residências e casas comerciais situadas dentro do limite do Parque do pagamento dos impostos e taxas municipais. Em contrapartida, a Prefeitura prometeu aplicar multas e taxações progressivas nos imóveis arruinados por descaso dos proprietários. Pequenas obras também, foram realizadas dentro da atuação do Parque Histórico do Pelourinho, como a pavimentação de vias, estabilização de ruínas e instalação de iluminação. A FGM, como administradora do Parque, também organizou um calendário de eventos culturais, estruturou a circulação interna e disciplinou o comércio informal, os guias e o tráfego turísticos. Estas ações pretendiam fomentar o turismo na região e ao mesmo tempo beneficiar a comunidade, reorganizando o Centro Histórico.

Ao destinar várias ações para atender as demandas mais urgentes da comunidade do Centro Histórico, a Fundação demonstra que neste projeto de revitalização, os moradores da região não seriam marginalizados no processo de reconstrução do Pelourinho, mas, segundo as fontes da Prefeitura, seriam beneficiários e parceiros da iniciativa. Esta é uma das principais distinções entre este projeto e aquele que reinaugurou o Pelourinho em 1993, empreendido pelo então governador do estado, Antonio Carlos Magalhães. No projeto do Governo do Estado, a comunidade local foi transferida para outra região da cidade, e Pelourinho foi reformulado fisicamente para se



tornar um pólo de atração turística. Em entrevista concedida a esta pesquisa, Mario Kertész reafirmou as diferenças de orientação entre os dois projeto:

“Nós defendíamos a manutenção da comunidade na região. Não tínhamos a intenção de transformar o Pelourinho em um Shopping Center, como ACM tentou fazer em sua reforma. O nossa proposta, desenvolvida pela arquiteta Lina Bo Bardi, era restaurar as fachadas dos casarões e reformar internamente as edificações, modernizando-as, mas mantendo as características de moradia. É claro que os moradores iriam constituir comercio. Mas seria algo espontâneo e não artificial como Governo do Estado fez posteriormente, que chamava até restaurantes de comida japonesa para se instalar no Pelourinho⁹”

Com a criação do PHP, é manifestado pela prefeitura que recursos provenientes do Fundo Municipal para Recuperação Física dos Sítios Históricos deveriam ser aplicados prioritariamente na formulação e elaboração de estudos, projetos e programas, bem como na execução de obras de infra-estrutura, recuperação de imóveis, logradouros e monumentos situados no Parque (Salvador apud Bomfim, 1994, p.84).

Com esta finalidade primordial, se inicia a Campanha “Pelourinho. Patrimônio da Humanidade. Todo mundo tem que preservar”. O lançamento desta campanha nacional e internacional em busca de recursos para o financiamento do projeto, contou com uma produção audiovisual que visava convidar iniciativa privada e pública a investir na recuperação do Centro Histórico. Peças publicitárias foram veiculadas em diversos jornais e revistas nacionais. A campanha esteve presente no carnaval e teve o incentivo de figuras ilustres como os cantores Chico Buarque, Paul Simon, Julio Iglesias e o presidente mundial da Sony, Akyo Murita.

A partir da iniciativa de recuperação do Centro Histórico, diversas intervenções culturais desenvolvidas pela FGM foram implementadas tendo como base as ações de restauração de estruturas arquitetônicas de imóveis históricos. A própria sede da Fundação se estabeleceu no edifício restaurado que antes abrigava o Tabaris Night Club.

⁹ Entrevista cedida em 06 de abril de 2005.



Seguindo esta proposta de realização de políticas culturais agregadas a recuperação de patrimônio arquitetônico, foi realizada a construção da Casa de Benin, que compõe projeto Bahia/Benin. Este projeto representou na FGM o objetivo de reabrir os canais de comunicação e troca de valores culturais entre a Bahia e a África negra, partindo da irmandade entre a cidade de Salvador e a capital do Benin, Cotonu. Para o início deste projeto, que pretendia criar alianças ainda com muitos territórios marcados pela cultura negra, foi escolhido o Benin, antigo Daomé, por ter sido este o país africano que enviou ao Brasil, em tempos de escravidão, o maior contingente de negros escravos dentre todos os países da costa ocidental africana. E também pelo forte traço cultural legado pela resistência da população do Benin em preservar sua cultura durante a diáspora negra.

A criação, em pleno centro histórico de Salvador, da Casa do Benin (o acordo bilateral previu também a construção no Benin de uma Casa do Brasil), foi descrita por Mário Kertész como “a implantação do primeiro posto avançado de difusão da cultura africana em solo brasileiro”. Entretanto, a afirmação de Kertész ignora a existência do CEAO, Centro de Estudos Afro-Orientais, criado pela Universidade Federal da Bahia em 1959 e também sediado no Pelourinho. A Casa do Benin foi construída a partir da restauração de três imóveis: um sobrado do século XVIII, que sofreu um incêndio e foi quase totalmente destruído em 1978, onde passou a funcionar a Casa de Benin propriamente dita; duas fachadas remanescentes de antigos sobrados, onde se estabeleceu a Residência do Representante de Benin e o pátio anterior a este imóvel, onde se construiu, em barro e palha, o Restaurante do Benin, fazendo referência à arquitetura rural tradicional daquele país (Bomfim, 1994, p.80).

Um dos primeiros passos dados para a consolidação do projeto de trocas culturais entre a Bahia e a África foi a organização de uma caravana com destino ao Benin. Mesmo tendo alegado que as despesas da viagem seriam pagas pelo governo do país anfitrião, o prefeito Mário Kertész, o presidente da FGM, Gilberto Gil, e todos os viajantes da caravana, foram censurados pela imprensa, principalmente por causa das dúvidas quanto



ao custeamento da vinda caravana do Benin que retribuiria a visita na época da inauguração da Casa do Benin. Em 15 de outubro de 1987, o jornal *A Tarde* publicou matéria com o seguinte texto:

Salvador vai esvaziar-se, tão numerosa será a comitiva que acompanhará o seu prefeito a Ouidah [cidade no Benin que assinou convênio de irmandade com Salvador]. Vão em sua companhia, além da excelentíssima esposa, a mãe Estela, o pai Balbino [pai e mãe-de-santo], o executor do “Boca de Brasa”, artistas, cantores, secretários, vereadores e vereadoras, mestres-salas e até representantes da “respeitável” comunidade gay¹⁰.

Outro projeto de destaque, implementado pela FGM dentro do Centro Histórico, foi a construção do Espaço Glauber ou Quarteirão de Barroquinha, que inaugurou equipamentos culturais e reformou estabelecimentos com grande valor simbólico para Salvador, que estavam abandonados, como o Bar Cacique, Cineclube Corisco, o Centro Comunitário e Praça de Comercio Popular e o Teatro Gregório de Mattos. O Espaço Glauber se configurou como uma tentativa de revitalizar o centro tornando-o uma opção de entretenimento, que pretendia restaurar a identidade boêmia de Salvador.

Projeto Terreiros

Como parte da linha de ação que buscou trazer à tona a produção cultural de origem negra, foi implantado pela Fundação Gregório de Mattos o Projeto Terreiros. Esta iniciativa, além da recuperação física das casas de candomblé, buscava marcar o posicionamento da Fundação em relação à importância do legado desta etnicidade, conforme demonstrado à época nos depoimentos de Antonio Risério:

Até recentemente, a política preservacionista se restringia aos templos católicos. Não podemos nos limitar a isso. Ou teremos feito uma escolha antidemocrática, elegendo, como objetos privilegiados,

¹⁰ Jornal *A Tarde*, 15 de outubro de 1987 – matéria não assinada.



os monumentos de pedra e cal de apenas uma das formas religiosas aqui existentes¹¹

A recuperação dos terreiros é um dos programas prioritários da Fundação. Não é mais possível assistir passivamente a deterioração desses monumentos, representativos da cultura dos povos afro-baianos, que estão se acabando pela falta de cuidado e pela especulação imobiliária¹²

O projeto se constituiu em três etapas: campanha midiática, para sensibilização da opinião pública quanto à importância dos terreiros de candomblé para cultura baiana e a necessidade de proteção deste patrimônio cultural; proteção fundiária dos estabelecimentos dos cultos; intervenções físicas nos terreiros, recuperando estruturas e formulando projetos paisagísticos.

Sete terreiros foram atendidos pelo projeto, que realizou levantamentos topográficos, reformas estruturais, contenção de encostas, projetos arquitetônicos de telhados, banheiros coletivos e escadarias. A intervenção de maior importância foi a reforma do Terreiro de Gantois, que foi financiada pelo convênio firmada entre a FGM e a empresa COPENE, que colaborou com 15 milhões de cruzados.

Boca de Brasa

Outro aspecto considerado pela FGM foi a produção cultural das comunidades. O projeto Boca de Brasa, idealizado por Roberto Pinho e Wally Salomão e coordenado por Bertrand Duarte e Walter Seixas, foi, provavelmente, a realização da Fundação que teve maior repercussão na cidade. Esta iniciativa se distingue das que foram descritas até então, pois não privilegia nem a cultura negra, nem o centro antigo da cidade. Ao contrário, o caráter itinerante do Boca de Brasa possibilitou a ação descentralizada, realizando, durante a gestão Kertész, cerca de 600 apresentações em comunidades da periferia de Salvador. Os tipos de manifestações culturais que eram atendidas pelo

¹¹ Risério, Antônio. Fundação Gregório de Mattos: uma leitura aproximativa. In: *Jornal Correio da Bahia*, 05 de junho de 1987.

¹² Risério, Antônio. Campanha vai recuperar terreiros. In: *Diário Oficial do Município*.



projeto ficavam a critério dos moradores e a função da equipe que acompanhava o projeto até as comunidades era apresentar as atrações e fazer uma espécie de animação do espetáculo.

O método do projeto consistia em levar às comunidades um grupo de artistas e produtores culturais que, em reuniões com lideranças, associações e grupos do local, garimpavam a produção cultural existente e davam a ela a estrutura necessária para sua apresentação pública. O Projeto contava com um grande aparato técnico: quatro carretas, que quando abertas se transformavam em palcos de 25m², equipados com sonorização (amplificada para até 5.000 pessoas) e iluminação cênica. Durante a semana as duplas de atores, cada uma responsável por uma carreta-palco, faziam visitas às comunidades de Salvador, reconhecendo as atividades culturais existentes. Nos fins de semana as carretas chegavam às comunidades para a apresentação, que congregava a população dos bairros.

Segundo o assessor da FGM Antônio Risério, um dos objetivos do Boca de Brasa era a realização de um “mapeamento da realidade em que se encontram as nossas manifestações de cultura” (Risério e Gil, 1988, p. ?). Este mapeamento, que não chegou a ser sistematizado, era feito durante as incursões da equipe do projeto nas diversas microcomunidades da cidade. Roberto Dias, em depoimento para o jornal *Folha da Bahia*, publicado em 06 de outubro de 86, fala sobre as intenções da Fundação com a implantação do projeto: “o objetivo disso é fazer com que, participando da vida cultural e vendo os outros participarem, produzindo cultura, a pessoa ultrapasse a mera condição de habitante, fazendo-se cidadão”.

Outro objetivo do Boca de Brasa, apontado pelo ator Júlio Góes em depoimento ao jornal *A Tarde*, publicado no dia 09/10/1986, véspera do lançamento do projeto, era o de fazer na cidade um *do-in* cultural: “massageando todos os pequenos pontos, vamos fazer uma espécie de *do-in* no corpo cultural da cidade, que está doente e dormente.”.



O ator Fernando Fulco, que compunha a equipe de animadores do projeto na gestão Kertész e permaneceu como funcionário da Fundação até a gestão Imbassahy, relatou, em entrevista cedida a esta pesquisa, a continuidade do projeto ao longo das mudanças de poder na administração municipal e a descaracterização dos objetivos e do método do Boca de Brasa neste período. Segundo Fulco, “as maiores dificuldades mesmo foram a falta de dinheiro para a manutenção das carretas – toda hora a gente precisava tirar equipamentos de uma para fazer funcionar a outra – e a politicagem. Isso já depois de Mário Kertész, já com Fernando José¹³”. O ator afirmou que, até o fim de primeira gestão da FGM o projeto alcançou bons resultados, mesmo com a falta de recursos para a manutenção do aparato técnico.

A partir da eleição de Fernando José, sucessor apoiado por Kertész que mais tarde rompeu com o antigo prefeito, as solicitações de apresentação do projeto passaram a ser feitas, com frequência, por vereadores. Esta utilização do projeto com finalidades políticas e eleitorais acabou por desestimular a equipe de trabalho, além de minar a relação de credibilidade que esta equipe havia estabelecido dentro das comunidades.

No último ano da gestão Kertész, o jornal *Correio da Bahia* publicou uma nota relatando a falta de investimento no projeto:

Elogiar é bom, mas nem sempre... O projeto Boca de Brasa, quando chega aos bairros periféricos de Salvador, leva realmente descontração e alegria para os moradores. Só que nem sempre as carretas conseguem chegar até lá ou sair do estacionamento da Renurb, nos Barris. Falta material, comunicação interna, manutenção dos instrumentos ou dos veículos indispensáveis ao trabalho dos atores. Infelizmente, as falhas do Boca têm sérias conseqüências, pois jogam uma ducha de água fria nos movimentos populares que dependem dos seus serviços¹⁴.

O custo de manutenção das carretas-palco era ainda maior devido aos acidentes, como o tombamento das carretas, que passavam por vias de difícil acesso, nos bairros menos estruturados da cidade.

¹³ Entrevista cedida em 11 de março de 2005.

¹⁴ As falhas do Boca. In: *Correio da Bahia*, 30 de março de 1988 – nota não assinada.



Projeto Teatro

O Projeto Teatro, um dos projetos-eixo da Fundação Gregório de Mattos, abrigava uma série de iniciativas relacionadas à dramaturgia, como montagem de peças, oficinas de atuação, seminários e criação de um acervo de textos teatrais de autores baianos.

Em 1986, Roberto Dias, o então presidente da Fundação Gregório de Mattos, foi apresentado a um projeto elaborado por um grupo de atores, que tinha a proposta de lançar uma série de ações para fomentar o teatro baiano. Marcio Meirelles, formulador do Projeto Teatro, em depoimento dado a esta pesquisa, relatou o surgimento desta aproximação:

Maria Eugênia, Ângela Andrade, Isa Tribo e eu criamos o Projeto Teatro. Quando conheci Roberto Dias, nós já tínhamos um projeto estruturado e, então, oferecemos a ele nossas propostas. A idéia era desenvolver um teatro que só poderia ser feito aqui, a partir da cultura local, da linguagem local, de autores locais, com a história da Bahia. Este pensamento casava com os princípios da FGM. Achei muito interesse o conceito adotado pela Fundação de adotar alguns projetos para que eles andassem sozinhos. Então, quando recebemos o cartão verde, aprimoramos o projeto e formatamos da maneira viável¹⁵.

O Projeto Teatro foi, então, um dos primeiros projetos acolhidos na Fundação, que contratou os formuladores desta proposta e se apresentou como principal colaboradora da viabilização das ações pensadas por este grupo. A primeira iniciativa executada pelo Projeto Teatro foi à montagem da *Opera Gregório de Mattos, de Guerras*, do diretor Márcio Meireles, antecedida por meses de debate público e realização de seminários sobre a obra do poeta Gregório de Mattos e de um processo de seleção de atores que contemplava a oferta de oficinas preparatórias – de danças do século XVII e afro-brasileira, leitura de poesias e canto – para duzentos atores, de onde foram selecionados os trinta e sete que compuseram o elenco do espetáculo. Todo o processo de preparação para a montagem da peça já constituía várias iniciativas do Projeto Teatro, pois a

¹⁵ Entrevista cedida em 12 de janeiro de 2005.



concepção adotada era que a apresentação de uma peça fosse a etapa final de um trabalho que aborde várias questões como: pesquisa, palestra, aperfeiçoamento dos atores, reflexão e aperfeiçoamento da dramaturgia baiana e fomentação o interesse do público soteropolitano pelo teatro. Para tanto, foram seis meses de trabalhos que envolveram a realização de cinco oficinas e um ciclo de palestras que abordavam a vida da Bahia no séc XVII, com o total de 15 palestrantes.

O espetáculo, que homenageou os 350 anos de nascimento do Gregório de Mattos, contava a história do poeta, situada no século XVII, um período importante na história de Salvador, quando vários elementos da identidade local se articularam para a formação da sociedade baiana. Partindo deste contexto, a peça destacou a importância da cultura negra, apresentando como as manifestações culturais trazidas pelos escravos resistia e interagia com a cultura europeia da época. Para discutir e implementar estes elementos na montagem da peça foram realizadas oficinas com o Balé do D'Ekpe, do Benin, demonstrando como era a dança primitiva trazida pelos africanos no séc. XVII.

A peça foi lançada no dia 30 de janeiro de 1987, após vários adiamentos devidos ao atraso na liberação da verba pela Prefeitura, fazendo um total de 15 apresentações, durante 14 dias. Um grande cenário foi montado sob uma lona de circo armada na Praça Municipal. O espetáculo foi bem prestigiado pela população e pela imprensa, que cobriu com entusiasmo a iniciativa. Uma matéria veiculada no Jornal A Tarde, no dia 21 de março de 1987, comenta a realização da *Opera Gregório de Mattos, de Guerras*:

A peça parece ter gerado novamente um certo 'orgulho de fazer teatro', há muito tempo ausente do ego baiano. Foi um espetáculo de porte, fazendo lembrar o aparato das grandes companhias e bem diferente do que é visto aqui: espetáculos menores, que independente da qualidade, tem montagens tímidas

O Jornal da Bahia de 17 de fevereiro também avalia a experiência da peça:

O encerramento da temporada do espetáculo Gregório de Mattos, de Guerras, no último domingo foi uma vitória para o teatro. De última hora, a produção teve que fazer duas sessões, de tão grande era o



número de pessoas interessadas em assistir à peça. Esse acontecimento raro que deve ser comemorado por toda categoria.¹⁶

A montagem da peça *Moronguetá*, de autoria de Aninha Franco, seria a segunda grande realização do projeto Teatro. O espetáculo seria realizado nos mesmos moldes da *Opera Gregório de Mattos, de Guerras*, como uma peça de grande porte precedida da realização de pesquisas, seminários, debates e oficinas. Enquanto o primeiro espetáculo foi todo custeado pela Fundação Gregório de Mattos, a peça *Moronguetá* já iniciou seus trabalhos com o problema da falta de recursos financeiros, pois a Fundação informou, desde do começo da montagem, que não poderia cobrir os custos da peça, orçada na época em 2 milhões de cruzeiros, o que foi considerado um custo muito elevado para realidade do teatro local. A Prefeitura, então, colaborou apenas com a realização das oficinas e palestras, oferecendo a estrutura física e o recursos humanos. As demais demandas da produção da peça ficaram por conta da captação de recursos privados pelos integrantes do Projeto Teatro. Além do alto custo da montagem, outro fator colaborou para a negativa da Fundação em financiar o espetáculo. Se no momento em que a Peça Gregório de Mattos foi montada, ela se apresentava como um dos primeiros projetos em execução da Fundação, quando a peça *Moronguetá* foi proposta, várias outras iniciativas da Fundação já estavam em execução, demandando grandes verbas da Prefeitura, com era o caso, por exemplo, da revitalização do Centro Histórico e do projeto Boca de Brasa.

Um ciclo de palestras chegou a ser realizado, abordando as temáticas da peça: a cultura indígena, a antropofagia, a colonização e o cristianismo. Esta iniciativa contou com a participação do antropólogo Darcy Ribeiro, que discutiu sobre a cultura indígena. No entanto, *Moronguetá* nunca foi lançada. Os membros do projeto não conseguiram captar as verbas necessárias para implementação da peça. Insatisfeitos com a falta de financiamento para o espetáculo, Aninha Franco e o possível diretor da montagem, Antonio Godi, fizeram críticas públicas à Prefeitura e a Fundação. A questão se tornou polêmica, sendo apreciada pela imprensa local, que fez uma extensa cobertura da crise,

¹⁶ Revista do Jornal da Bahia. 17 de fevereiro de 1987. Texto de Gideon Rosa



veiculando manifestações contra e a favor das críticas de Aninha Franco e Godi. O jornalista Carlos Caetano, no *Jornal da Bahia* no dia 11 de junho 1987, declarou:

Aninha e Godi padecem de daltonismo cultural, pois não perceberam que a Gregório de Mattos acendeu o sinal vermelho para o paternalismo cultural, famoso subsídio para os bem-letrados, com quem a administração pública teria uma abstrata dívida em dinheiro, afeto e espaço político.

Já Isabela Laranjeira, no jornal *Correio da Bahia* do dia 17 de junho de 1987, divergindo da opinião de Carlos Caetano, criticou a postura da Fundação:

(...) Moronguetá está ameaçado de não acontecer por absoluta falta de verba. Há culpas? Certamente que sim, uma vez que não é à toa nem ao bel prazer de um grupo, que já montou a bem sucedida peça Gregório de Mattos, de Guerras, que se sai aí divulgando uma superprodução que pode não acontecer. E o pior: que tem o respaldo da Prefeitura.

Esta situação deflagrou uma crise que desgastou irremediavelmente a relação entre os membros do Projeto Teatro e a Fundação Gregório de Mattos. Então, chegava ao fim o Projeto Teatro, no meados do ano 1987.

No entanto, antes deste termino, outras iniciativas aconteciam paralelamente à realização da Opera Gregório de Mattos e da polêmica sobre Moronguetá. Estas ações integravam o Projeto Teatro e visavam o desenvolvimento da dramaturgia baiana. O projeto Palavra em Cena compreendia a realização de oficinas de leituras dramáticas de textos. Esta iniciativa se articulava com o outro projeto, o Banco de Textos, que visava a reunião de textos teatrais de autores baianos. Um dos resultados desta união foi a leitura dramática da peça *Cemitério de Anjinhos*, que integrava o Banco de Textos.

Considerações finais

Na linha do discurso pela transformação através da cultura, empregado por Kertész em sua gestão, o prefeito afirmou, na posse do Presidente da FGM, a relação que pretendia



estabelecer entre o campo da cultura e os demais campos de atuação da Prefeitura: “É através da ação cultural ousada, intensa, que poderemos criar novas formas de convivência; abrir novos espaços para a experiência humana; alterar padrões defasados e inaceitáveis de conduta política e administrativa”. Contudo, as transformações que se desejou ensejar através desta política não encontraram tanto espaço dentro da gestão de Mário Kertész.

Se no campo cultural, a gestão Kertész trouxe inovações e se fez acompanhar por nomes de vanguarda no pensamento sobre a cultura baiana, por outro lado, as aspirações da esquerda quanto ao governo municipal que elegeu se viram frustradas, já que Kertész, no poder, reproduziu a conduta política populista, há muito conhecida pela população da capital da Bahia e fez uma administração que agravou ainda mais os problemas da cidade.

Como já anotado, a FGM, no contexto da gestão Kertész, funcionou como uma importante ferramenta de marketing político. Num momento em que a atuação do prefeito se afastava do pensamento de esquerda, essa ferramenta foi apropriada pelo poder municipal de maneira a se beneficiar junto à opinião pública, principalmente com o carisma emprestado à instituição por Gilberto Gil.

Segundo Cesnik, baseado em defesa de Hamilton Faria, “a cultura não pode mais ser concebida como um simples modelo de cultura *para todos*, mas com possibilidades maiores de envolvimento estratégico para a concepção da cultura *por todos*” (Cesnik, 2004). A constatação da necessidade de incluir a população na produção da cultura é por si um grande passo na formulação de uma política cultural positiva. No caso de Salvador, a percepção desta necessidade pelo grupo que esteve à frente da Fundação Gregório de Mattos em seus primeiros anos de existência, considerou ainda um aspecto peculiar desta cidade, que é a necessidade de incluir na produção cultural a população afro-descendente, que aqui constitui grande maioria, incorporando a cultura de matriz africana às preocupações de uma política cultural municipal.



Entretanto, as dificuldades se apresentam na transposição dos conceitos para prática, através de projetos culturais que alcancem a complexidade das formulações e sejam capazes de atingir esse modelo democrático de cultura. Outro componente fundamental do discurso da FGM para uma política cultural foi o conceito antropológico de cultura, que, por ser abrangente demais, acaba por não encontrar formas de ser atingido, especialmente numa administração que considere a cultura como área de atuação restrita a uma instituição, como foi a Fundação Gregório de Mattos, na gestão analisada.

A transposição do conceito antropológico de cultura para a prática encontra ainda outra barreira: o pouco peso tradicionalmente dado, no Brasil, à pasta da cultura, que funciona muitas vezes como simples elemento de retórica, ficando no segundo plano das políticas estatais. O emprego do conceito antropológico numa política estatal demandaria a adesão de todas as secretarias de um governo a um projeto de política cultural, a fim de que pudesse ser implementada, e mesmo assim de forma muito lenta, alguma ação que transformasse efetivamente a cultura da população, vista pelo viés antropológico.

Cabe a ressalva, que a gestão da cultura é distinta da gestão em outras áreas de uma administração municipal. Os gestores culturais, numa administração pública, precisam primeiramente mostrar a seus pares a importância deste aspecto, tentando fazê-lo figurar entre as necessidades percebidas da população. Além dos pares, políticos envolvidos na gestão municipal, é preciso sensibilizar também a população, para as transformações que a cultura pode ocasionar e ainda, os artistas e produtores, para a necessidade de se promover o que Cesnik chamou de “cultura por todos”. Talvez com esta finalidade, de legitimar a mudança do direcionamento tradicionalmente dado às políticas culturais, que, em gestões anteriores, ficavam restritas à comunidade artístico-intelectual, foi empregada uma visão de cultura como modo de vida, abrangendo não apenas as manifestações culturais das elites, mas proporcionando ao conjunto da população da cidade a oportunidade de produzir a cultura.

Esta experiência aponta a necessidade de se criar e testar estratégias administrativas, de diálogo com a sociedade e com a máquina estatal, que viabilizem a implementação das



políticas formuladas. A bibliografia recente produzida no Brasil sobre política cultural demonstra o avançado estágio em que se encontra o pensamento sobre o tema. Cabe agora, elaborar estudos que contribuam para a implantação das políticas pensadas, instrumentalizando os gestores públicos do campo da cultura para a ação efetiva.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos e dissertações

- ALBERGARIA, Roberto. O mundo humano-baiano como vontade e representação. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho (org.). Quem Faz Salvador. Salvador, EDUFBA, 2002.
- ALMEIDA, Gilberto Wildberger. Estado, televisão, e construção de identidade na Bahia. In: XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2000. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/xxiii-ci/gt09/art-gt09.html>>. Acessado em setembro de 2004.
- BOMFIM, Juarez Duarte. "Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador: o Caso do Parque Histórico do Pelourinho. Investigação de Originalidade Numa Ação de Governo Local". Escola de Administração/UFBA. Salvador, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- CESNIK, Fábio de Sá e BELTRAME, Priscila Akemi. Globalização da Cultura. Manole, 2004.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. Caminhos e Atalhos: autonomia política, governabilidade e governança em Salvador. In: IVO, Anete Brito Leal. O Poder da Cidade: limites da governança urbana. Salvador, Edufba, 2000.
- DULTRA, Judite Amélia Lago. A Crise de Gestão do Estado Brasileiro – um estudo de caso: O Governo da Bahia – 1987-1989. Escola de Administração/UFBA. Salvador, 1990. 144p. (Dissertação de Mestrado).
- FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A Trajetória de Democratização da Gestão Municipal em Recife e Salvador: escolhas políticas e processo decisório. In: IX Colóquio Internacional de Poder Local. Salvador, abril de 2003.
- PINHO, Osmundo S. de Araújo. “A Bahia no Fundamental”: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. In: Revista Brasileira das Ciências Sociais, Vol. 13, nº 36, fevereiro 1998.
- RISÉRIO, Antonio e GIL, Gilberto Moreira. Fundação Gregório de Mattos: roteiro de uma intervenção político-cultural. In: RISÉRIO, Antonio e GIL, Gilberto Moreira. O Poético e o Político e outros escritos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- RISÉRIO, Antonio. Uma teoria da cultura baiana. In: RISÉRIO, Antonio e GIL, Gilberto Moreira. O Poético e o Político e outros escritos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Poder, Mídia e Política na Bahia. In: Mídia e Eleições 2000 em Salvador. Salvador, Edições Feito à Facom, 2002.
- SANTOS, Antonio Alberto de Jesus. Manutenção e Conservação Urbana em Salvador: um problema político, cultural e social. Escola de Administração/UFBA. Salvador, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- SIRCHAL - Encontro Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos de



Cidades da América Latina e Caribe. 4., 2000, Salvador. Diagnóstico - eixo temático 3: Conservação Integrada e Critérios de Intervenção. Disponível em <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/DIAGeixo3.htm>>. Acessado em setembro de 2004.

SOUZA, Márcio. Fascínio e Repulsa – Estado, cultura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro, Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

Documentos oficiais e de imprensa

BAHIA. Lei nº 3.601, de 18 de fevereiro de 1986. In: Leis e Decretos 1986. Salvador, BA.

DIÁRIO Oficial do Estado - D.O.E. Salvador, 1986.

DIÁRIO Oficial do Município - D.O.M. Salvador, 1986 a 1989.

Jornais *A Tarde*, *Jornal da Bahia* e *Correio da Bahia*, coletados pelo Arquivo Histórico Municipal, 1986 a 1989.

